

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

-----No dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, pelas 18.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Cinetatro de Porto de Mós, sito em Praça Arménio Marques, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----
- 2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento);* -----
- 2. *Contrato Interadministrativo de Delegação de competências do Município de Porto de Mós no Agrupamento de Escolas de Porto de Mós; (apreciação, discussão e votação);* -----
- 3. *Adesão da Assembleia Municipal de Porto de Mós à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais - Proposta; (apreciação, discussão e votação);*-----
- 4. *2ª Revisão aos documentos previsionais 2022_2026:* -----
 - 4.1) *Revisão ao Plano Plurianual de investimentos; (apreciação, discussão e votação);*-----
 - 4.2) *Revisão às Atividades mais relevantes; (apreciação, discussão e votação);*-----
 - 4.3) *Revisão ao orçamento da receita e da despesa; (apreciação, discussão e votação);*-----
- 5. *Proposta final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Porto de Mós e Corredoura - Informação; (apreciação, discussão e votação);* -----
- 6. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, em substituição do Primeiro Secretário, Alcides Manuel Lopes de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Deputada Não Inscrita), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal (PS), Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da união das Freguesias de Arrimal e Mendiga, Luis Miguel Louro Ferraria (PS) Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento e Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes e Rui Fernando Correia Marto, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

-----Faltaram à sessão, António José Jesus Ferreira (PSD), que foi substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro, e Liliana Carvalho Pereira (PS), substituída por Rita Isabel Santos Miguel (PS). -----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes na sala bem como todos os que estão a assistir a esta sessão, através das redes sociais. Esta assembleia municipal, vai reger-se pelo Regimento aprovado em 11 de fevereiro de 2022, estando a ser, como já foi referido, transmitida através das redes sociais. Seguidamente, disse que António José Jesus Ferreira, 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, eleito pelo PSD, faltou, tendo justificado a falta, sendo substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro. Nesta conformidade, pediu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire, Alcides Manuel Lopes de Oliveira que o substituísse na Mesa da Assembleia. Liliana Carvalho Pereira, eleita nas listas do PS, pediu igualmente a sua substituição, sendo substituída por Rita Isabel Santos Miguel, tendo a Mesa justificado a sua falta. Antes de continuar os trabalhos desta Assembleia Municipal, a senhora Presidente pediu autorização ao plenário para aditar um novo ponto à ordem de trabalhos, ficando a constar esse ponto no período de antes da ordem do dia, que por lapso não foi colocado, e que tem a ver com a verificação da legitimidade e assunção de funções do novo membro desta Assembleia, senhor Pedro Lavado Gomes Vieira que entra em substituição do membro eleito pelas listas do Partido Socialista, Mário Alberto Rosa Cruz, que renunciou ao mandato. Colocou então a votação do plenário a presente proposta de alteração da ordem de trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, começou por dizer que convidou a Drª Margarida Vieira, responsável pela Biblioteca Municipal, que este ano completa o seu trigésimo aniversário, para proferir algumas palavras, considerando ser importante saber quais as atividades que se desenvolvem:-----

-----“Boa tarde a todos. Quero agradecer desde já o convite endereçado pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Clárisse Louro, para estar presente nesta sessão e dar a conhecer em breves minutos, o trabalho da Biblioteca Municipal de Porto de Mós, nos últimos anos. A Biblioteca Municipal celebrou trinta anos de existência segunda-feira, dia vinte de junho, após obras de requalificação do edifício e integração na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. É uma Biblioteca Pública e como o próprio nome indica, destinada a toda a comunidade, não só aos estudantes. É uma casa onde cabe toda a gente, porta de acesso ao conhecimento tornando acessível a todos os munícipes a informação de todos os géneros, como consagrado no manifesto da UNESCO. Ao longo destes trinta anos, a Biblioteca cresceu imenso, sobretudo do ponto de vista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos fundos documentais, mas não só. A título de exemplo, em 1992, o fundo era constituído por oito mil documentos, atualmente, disponibilizamos cerca de cinquenta e quatro mil em diferentes tipos de suporte, desde livros, filmes, cd's, jornais e revistas. Os serviços foram informatizados. O catálogo manual deu lugar ao catálogo de autor e obras anónimas disponível on-line. Qualquer munícipe, através de um simples telemóvel, pode aceder a este e verificar se existe o documento que pretende e proceder à sua reserva. Informatizamos o ficheiro de leitores e todas as tarefas que envolvem o empréstimo domiciliário. A Biblioteca, disponibiliza também um conjunto de serviços únicos, e de forma gratuita a toda a comunidade, desde o acesso à internet, digitalização e impressão de documentos, fotocópias, apoio na elaboração de um curriculum, e/ou preenchimento de formulários, por exemplo do IRS, colaboração com as escolas e rede de bibliotecas escolares apoiando a educação formal a todos os níveis, assim como a auto formação, entre outros. No decorrer destes trinta anos, criaram-se bibliotecas de menor dimensão, os chamados polos, em 2001 no Juncal e em 2013 na vila de Mira de Aire. Por iniciativa da Biblioteca candidatámo-nos ao Programa LIDER e adquiriu-se a carrinha itinerante, o Bibliomóvel. Circula por todas as freguesias, jardins de infância e escolas, levando a informação a quem tem dificuldade de se deslocar à biblioteca central, mas sobretudo, a companhia e o afeto que tantas vezes, estas populações idosas e isoladas necessitam. Implementaram-se diversos programas destinados a diferentes faixas etárias que passo a mencionar: Hora do Conto, para as crianças dos jardins-de-infância e escolas, a funcionar desde 1993; Chá de Letras, encontros mensais em volta da poesia, em 2009; Mimosinhos da Leitura, que tem como público-alvo, os bebés, introduzindo estes no mundo encantado das histórias permitindo aos pais a aquisição de novas competências de mediação do livro, desde 2012; Semear a Leitura, projeto de promoção da leitura, dirigido ao 2º e 3º ano do 1ºciclo das escolas básicas, em 2012; Sábados a Contar, no primeiro sábado de cada mês, reunimos as famílias à volta do livro, evocando a leitura, como forma de lazer e prazer; Oficinas Criativas, destinadas à ocupação de tempos livres para crianças e adultos. Leituras partilhadas em lares e centros de dia, aproximando a biblioteca das instituições e constituindo um momento de partilha e recolha de saberes. Biblosacos, um conjunto de documentos disponíveis aos lares e centros de dias, através da nossa Bibliomóvel. Clube de Leitura, em parceria com a Universidade Aberta para público adulto, desde 2019. Projetos que levamos a cabo em tantas outras realizações, desde a maratona das bibliotecas, espetáculos, exposições, encontros com escritores, lançamento de livros, workshops, celebração de efemérides e datas comemorativas, facilitando-se deste modo o acesso a diferentes formas de expressão cultural e manifestações artísticas. Durante a pandemia, a Biblioteca também respondeu de forma proactiva, à nova realidade. Manteve alguns dos projetos já existentes, agora em formato on-line, criou a biblioteca à porta, entregando os documentos solicitados pelos munícipes, em sua casa, procurando responder às expectativas da nossa comunidade. Em conclusão, a biblioteca adaptou-se às mudanças que têm vindo a operar-se na nossa sociedade, e passou do mundo fechado biblioteca, ao universo infinito da internet, da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

biblioteca centrada nos livros à biblioteca centrada nas pessoas. Neste sentido, podemos afirmar que as pessoas fazem a biblioteca. Terminei, aproveitando a oportunidade que me foi dada para estar aqui hoje, apelando ao poder político aqui presente, que equacione a possibilidade da construção de uma nova biblioteca, à semelhança do que melhor se faz na Europa, como é o caso dos países nórdicos, onde as bibliotecas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades. A Biblioteca Municipal tem falta de espaço há vários anos, não podendo corresponder nas atuais instalações a novos desafios. Se Porto de Mós somos todos nós, devemos ter a ambição e merecemos uma biblioteca de excelência, construída de raiz e de fácil acesso, num local central, onde apeteça ir tomar um café, assistir a um espetáculo, ler um jornal, conversar com os amigos, namorar ou simplesmente vaguear pelas estantes. Não posso deixar de referir que ao longo destes trinta anos de existência, nem sempre os executivos compreenderam a importância da biblioteca no desenvolvimento cultural das pessoas, não valorizando o seu papel na comunidade. Com o atual executivo, ocorreu uma mudança de atitude. A biblioteca sente-se acarinhada e valorizada. É disso exemplo, a presença constante dos seus elementos nas diversas atividades que promovemos, o que muito nos honra. Por último, o meu profundo agradecimento à equipa de excelência, com quem tenho tido o prazer de trabalhar, sempre disponível para todas as solicitações, encorajadora em dias mais sombrios. Bem haja a todos e o meu muito obrigada."---

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia passou a dar a palavra ao público, tendo-se inscrito para intervir Telmo Conceição e Marta Sintra.-----

-----**Marta Sintra**, usando da palavra, passou a dizer que o que a trás aqui é o facto de pretender que os seus filhos continuem a frequentar o ensino público na escola pública, porque sendo das Pedreiras, não a estão a deixar matricular os seus filhos na Escola Manuel Oliveira Perpetua, ou melhor, não querem que eles lá sejam matriculados por aquela não ser a escola da área de residência, mas eles serão lá matriculados porque o Agrupamento diz que existe vaga para todos os alunos do concelho. No entanto a sua questão em concreto, tem a ver com o transporte desses alunos. Disse depois já ter enviado um e-mail à senhora vereadora do pelouro a questionar sobre esse assunto e a resposta foi muito vaga, e os pais querem uma resposta clara e objetiva, no sentido de saberem se irão ou não ter transporte para os seus filhos.-----

-----**Telmo da Conceição**, no uso da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que o tema que trás hoje aqui, o intitula como "recordação". Recorda que na sessão da Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2020, entregou uma proposta que visava o Rio Lena. Esta sua intervenção não teria razão de ser se, neste espaço de dois anos, o rio tivesse sido intervencionado como merece. Acrescentou como beleza natural que o concelho proporciona, e identificou quatro pontos: as grutas, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, o Castelo e o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rio Lena. Como é fácil observar, o estado atual do Rio Lena, revela um autêntico abandono. Sabendo que não é fácil, exorta o executivo a elaborar um projeto para que o leito e as margens do rio sejam requalificados, porque até os patos selvagens que frequentavam o rio já desertaram. Disse ser um esforço de todos, mas não desiste da sua responsabilidade de cidadão ativo, e sempre disponível para colaborar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, depois de cumprimentar todos os presentes, dizendo à senhora Marta Sintra, que efetivamente esta colocou a questão à senhora Vereadora com o Pelouro da Educação que lhe respondeu de forma clara, mas importa aqui esclarecer que a Câmara não quer nem deixa de querer que as pessoas se inscrevam onde entendam. Ao contrário do que disse, o Instituto Educativo do Juncal, é a escola pública para quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono anos, em contrato de associação, e tem como área de influência, as freguesias de Calvaria, Pedreiras e Juncal. Para o IEJ, só se podem inscrever alunos com residência nestas freguesias. Ao contrário, os alunos destas freguesias poderão inscrever-se em qualquer escola pública, onde se inclui a Escola Manuel Oliveira Perpétua. As famílias não estão condicionadas à inscrição dos seus filhos no IEJ. As pessoas de Porto de Mós, é que não podem inscrever os seus filhos no IEJ. Portanto, tudo o que foi dito sobre esta problemática, é falso. Há aqui uma diferença, que tem a ver com o Regulamento que esta Assembleia aprovou, em boa hora, por unanimidade, para proteger as escolas em territórios de baixa densidade, que refere que se essa escola da área de residência tiver lugar para receber esses alunos, a Câmara Municipal não comparticipa os transportes para outra qualquer escola. Se assim não fosse, hoje, não haveria escola em S. Bento, Serro Ventoso, e porventura em Alqueidão da Serra, porque as pessoas, tendencialmente, tentam vir para escolas de maior dimensão, nomeadamente para a sede do concelho. Esta proteção aos territórios de baixa densidade, tem que ser uma preocupação permanente, porque fechar um escola numa freguesia destas, significa estar a potenciar que a população mais jovem saia dessa freguesia. Até este ano, o IEJ, tinha excedente de alunos destas três freguesias, porque só tem contrato de associação para duas turmas de 5ºano, e portanto, todos os alunos, acima de duas turmas, tinham que ser colocados na Escola Manuel Oliveira Perpetua. O que acontece, é que este ano, por razões que desconhece, os alunos de quarto ano destas três freguesias não querem inscrever-se no IEJ. Mas, acrescentou, não têm que o fazer, se quiserem inscrever-se na Escola Manuel Oliveira Perpetua, podem fazê-lo, mas a Câmara para cumprir o Regulamento, não pode comparticipar o seu transporte. -----

-----Sobre a questão colocada pelo senhor Telmo Conceição, disse que existe um acordo de principio com a APA, através do Fundo Ambiental, para apoiar um projeto que está a ser elaborado, já em fase de conclusão, para reabilitar o leito do rio desde a nascente até ao limite do concelho com a Batalha, que fará o mesmo, pois está prevista a reabilitação de todo o rio. Continuou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizendo que esta reabilitação tem implícita a recuperação das margens e dos vários pegos que estão identificados. Concluindo disse que a água que há hoje no Rio Lena, é a água que é lá colocada e atendendo às condições atmosféricas que existem no momento, provavelmente continuará assim por mais algum tempo.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** :-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a votação **a ata nº 3 de 2022**, realizada em vinte e nove de abril, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal disse ainda que no **2º ponto deste período** colocaria então, como aprovado acima pelo plenário, a **tomada de posse do novo membro desta Assembleia, Pedro Lavado Gomes Vieira, do Partido Socialista**, cuja legitimidade para o exercício das funções, foi verificada.-----

-----**3. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que as suas perguntas são as seguintes: qual é o plano de contingência do Município para a seca que estamos a atravessar, e qual o motivo da Rua da Paiã não ter o pavimento reparado.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Cumprimentando todas e todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que primeiramente queria dar os parabéns à Câmara Municipal bem como à Junta de Freguesia de Porto de Mós, pelas obras na rotunda que vai para o Alqueidão da Serra. É uma homenagem a todos os que trabalham na pedra e necessariamente aos que trabalham na calçada à portuguesa, estando lá representadas as três cores de calçada, a branca, a rosa e a preta. Esta última, a preta, só existe no Alqueidão da Serra. Tudo o que seja para promover a calçada à portuguesa e a pedra em geral, é de louvar, pois dignificam-se as profissões de cabouqueiro e calceteiro. Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, disse que gostou de ver que o seu galo já virou cabouqueiro, elogiando a iniciativa. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, disse que gostava que o esclarecesse um pouco sobre os erros grosseiros, que na sua opinião e da Comunidade Intermunicipal de Leiria, condicionam gravemente o concelho. Outra questão que colocou, tem a ver com a EDP e a luz pública, pois parece que se tornou habitual no concelho, as luzes, durante o dia estarem acesas, perguntando o que é que a Câmara está a fazer ou pode fazer para que isto não aconteça. Por último, referiu-se ao estado do pavimento das ruas e estradas no Alqueidão da Serra, dizendo que dá a impressão de por vezes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ficarem um pouco esquecidos, perguntando que obras estão programadas para o Alqueidão da Serra, concretamente para tapar os buracos que vão desde a Casa do Povo até ao fundo da Carreirancha.-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Louceiro (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que queria colocar ao senhor Presidente da Câmara, duas questões. A primeira, sobre o início dos trabalhos das linhas de contenção no Juncal, que já deviam ter começado há cerca de um mês, perguntando qual a previsão. Outra questão tem a ver com a estrada do Val d'Água/Chão da Feira e as reclamações que tem recebido por parte da população, quando constataram que à entrada da vila de Porto de Mós estava a ser reparado o asfalto, e comparando um e outro, o da estrada de Val d'Água estava mais necessitado, perguntando se existe alguma previsão do arranjo desta estrada pois serve não apenas a população de Val d'Água mas também pessoas da Freguesia de Calvaria, Casais Garridos e Andam e que por ali circulam todos os dias.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por cumprimentar todos os presentes. Seguidamente disse que a sua primeira palavra iria para a senhora vereadora Telma Cruz e para o executivo em geral congratulando-se com o facto de se ter levado a Semana da Educação a Serro Ventoso, agradecendo a todos os que lá estiveram a trabalhar, considerando que foi uma semana fantástica. A Félix Correia dos Reis agradeceu o elogio pelo galo cabouqueiro. Explicou que foi feito um vídeo para apresentar às crianças, na Semana da Educação sobre a profissão de cabouqueiro. Constatou que 80% das crianças não sabia o que era um cabouqueiro, e por isso já valeu a pena fazer o vídeo. Continuou dizendo que este evento tem muito valor e é muito importante que seja descentralizado, devendo continuar, porque há muitas crianças de S. Bento ou do Arrimal que nunca foram ao Juncal, sendo esta também uma forma dos miúdos conhecerem o concelho, estando o executivo de parabéns. Referiu depois, relativamente às Tasquinhas das Festas de S. Pedro, que gostava muito de ver ali representados os pratos dos nossos avós e bisavós, sendo um pensamento que deixa ao executivo. Referindo-se depois à inauguração da Central das Artes, deu os parabéns ao executivo, perguntando quanto é que tinha custado no final, a Central, quanto é que foi o financiamento e quanto é que a Câmara disponibilizou. Perguntou ainda qual vai ser a finalidade e o que é que vamos ter na Central, fazendo menção à Biblioteca e ao Museu Municipal.-----

-----**Luis Miguel Louro Ferraria (Presidente da Junta de Freguesia de São Bento – PS):**-----

-----Usando da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes. Depois, dirigindo-se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao senhor Presidente da Câmara perguntou sobre qual o ponto de situação do cemitério de São Bento junto da CCDR, visto que atualmente a taxa de ocupação se situa em cerca de 90%. Outra questão que colocou foi sobre alcatroamentos na freguesia de São Bento, que não existem há mais de vinte anos, referindo ainda que há uma estrada onde houve abertura de valas para a colocação de pontos de água, nomeadamente Paiã/Fontainhas, que neste momento se encontra numa situação degradante, pedindo que se arranje pelo menos, uma solução para a Paiã e Penedos Belos. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes começou por dizer à senhora Presidente da Assembleia que também votou o Regimento, mas a redação do mesmo está a fazer-lhe alguma confusão, porque em dezasseis anos que está nesta Assembleia nunca foi impedido de falar. Acrescentou ainda que a documentação que serve de suporte à ordem do dia deveria ser distribuída com mais tempo de antecedência, senão, daqui a pouco, está a ser entregue um dia ou dois antes da respetiva sessão. Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara perguntou sobre a compra de terrenos no Juncal, dizendo que não é contra a compra dos terrenos, mas suscitou a questão do preço dado que o mesmo é diferenciado, pois tratando-se de dois números matriciais, um é a vinte e seis euros por metro quadrado e o outro a cinquenta e seis euros o metro quadrado. Para além disso, referiu que metade do terreno é zona verde, não podendo ali ser feito nada, pedindo esclarecimentos sobre este assunto. Continuou, perguntando ao senhor Presidente quem foi o arquiteto das escadas de S. Miguel, salientando que não tem nada contra as escadas, mas a parte lateral toda cimentada, deve-se a quê. Seguidamente, disse que foi colocado um tapete de asfalto à entrada de Porto de Mós e não percebe porquê, principalmente porque se encontram estradas no concelho que são uma vergonha, nomeadamente a estrada de Val d'Agua para a Moitalina, de que o senhor Presidente da Junta do Juncal já falou, perguntando se é preciso haver um acidente para depois se resolver o problema.-----

-----**Sandra Marisa Ferreira de Sousa (deputada não inscrita):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse ter umas breves notas para dar. *“Refleti e fiz um balanço sobre os dois últimos anos da minha parca experiência política, muito pouco tempo, mas muito intenso. Tive participação ativa na distrital de Leiria, no órgão jurisdicional, também coordenei a concelhia de Porto de Mós, projetos de que me orgulho. Fui militante de base, particularmente desde o início da vida do partido CHEGA. Nas autárquicas, elegemos alguns autarcas a nível nacional, deputados municipais e vereadores. Nas legislativas, elegemos um deputado para a Assembleia da República, por Leiria. Nestes dois anos, participei ativamente nas ações de campanha. Muitas emoções se viveram em todos os processos eleitorais, autárquicas, legislativas e também duas eleições internas na distrital. Para mim, que sou uma pessoa positiva,*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perdurará sempre o companheirismo, as amizades que fiz, e muitas para a vida. Não abracei estes projetos com objetivo de criar carreira política, o principal sempre foi colaborar e fazer o partido crescer. Acreditei que faríamos a diferença. Ainda acredito na linha ideológica e diretrizes com vista a um futuro melhor para as gerações vindouras. Contudo nem tudo são rosas. Percecionei em muito pouco tempo a natureza humana no meio político, para o melhor e para o pior. Com a rápida ascensão do partido, verificou-se uma tentativa incessante de carreirismo político e em alguns casos, sem qualquer competência, nomeações para cargos, de pessoas que na minha ótica, não têm qualquer credibilidade, e a todo o custo, estão a manchar o lindo projeto inicial que tínhamos. Agradeço aos militantes que em mim confiaram, que me elegeram deputada e espero não os ter desiludido, mas apresentei a minha demissão. É minha intenção continuar como deputada municipal com caráter independente, seguindo a matriz inicial de pensamento, representar a população de forma democrática, sem olhar a cores políticas, religiosas ou sociais. A par de tudo isto, a nível profissional, também já estava a ser incompatível e difícil de gerir, por falta de tempo. Abracei novos projetos que implicam grandes distâncias territoriais, nomeadamente, Porto de Mós/Algarve. Agora assuntos de interesse de todos. Não entendo o motivo de estar a ser alcatroada a rotunda das Mós, e os vários acessos a ela, na Vila, quando temos tantas estradas esburacadas noutras aldeias do concelho a necessitarem de maior intervenção. A estrada dos Bombeiros, Segurança Social, Finanças, continua com um problema da circulação nos dois sentidos como já aqui foi falado, e as lombas não solucionaram. Por fim, congratulo as obras que estão em curso na Estrada Nacional 362, Serro Ventoso/Mendiga, onde passam dezenas de camiões por dia, e destaco a Mendiga na modalidade de futsal, sagrou-se campeã distrital. É um registo que também queria passar. Penso ser um orgulho para todo o concelho. O evento Lagoa com Vida, na aldeia do Arrimal, também foi um sucesso. Parabéns à Junta de Freguesia na pessoa do Francisco Baptista, e também à autarquia. Também destaco aqui uma boa notícia: Porto de Mós subiu trinta e dois lugares no ranking de atratividade, segundo o portal City Brand Ranking, passando assim para a posição 135 a nível nacional. E por fim estamos a iniciar as nossas atividades de S. Pedro com um cartaz muito rico e diversificado, das melhores da região. Desejo que se divirtam em segurança."-----

-----**Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS):**-----

-----Cumprimentando a senhora Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa, todos os presentes, bem como todos os que assistem através das redes sociais, começou por dizer que na ultima assembleia municipal, realizada em 29 de abril, trouxe aqui uma questão relacionada com o projeto dos painéis fotovoltaicos, que se localiza junto à vila do Juncal, numa mancha florestal que julga incluir as freguesias de Juncal e Pedreiras. Como a vida a tem ensinado, acha que se deve ser persistente naquilo que são as nossas convicções, daí trazer hoje novamente o assunto a esta assembleia. Disse depois que não irá referir todos os pontos ambientais referidos na anterior sessão.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na altura, o senhor Presidente da Câmara referiu que o projeto ainda não tinha sido aprovado, referiu ainda também, que esperava que a CCDR reconsiderasse a necessidade de fazer um EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e referiu ainda que partilhava das suas preocupações. Assim, traz hoje aqui a questão novamente pretendendo colocar-lhe algumas questões também para poder procurar mais informação sobre aquilo que foi aprovado e em que condições. Daquilo que sabe, se a zona fosse classificada em RAN, não poderiam ser implementados painéis fotovoltaicos sem estudo de impacto ambiental. Como o terreno está em REN, segundo o que pesquisou, não poderá fazer-se a instalação sem estudo de impacto ambiental se houver risco de erosão nos solos abrangidos, mas queria também lembrar aqui, que aquela mancha florestal é uma reserva de argila. Há uns anos atrás, quando foi construída a rotunda, conhecida por Rotunda da Cruzinha, que liga o Andam ao Juncal e Chão Pardo, pensa que até foi metida uma providencia cautelar alegando o facto de essa rotunda ir ocupar solos da reserva de argila, então perguntava se podia indicar o nome da empresa, se conhece qual a área da mancha florestal que essa empresa detém ali, dessa área, qual é a mancha aprovada para a instalação dos painéis, se o projeto foi aprovado no âmbito de uma candidatura ao PRR para estudos piloto, afetando a paisagem, a destruição da mancha florestal, a biodiversidade, a infiltração de água no solo, se está prevista alguma compensação para as comunidades, devido aos impactos negativos que irá causar, se considera, enquanto presidente deste município que este projeto traz algum benefício ao mesmo, concretamente às freguesias onde está previsto ser implementado, se está disponível para, juntamente com a comunidade, fazer a avaliação de todos os impactos negativos que isto trará para as freguesias envolvidas, se está disponível para se envolver no sentido de isto poder levar outro caminho, digamos assim. Também na última sessão falou que o PDM previa a instalação, para aquela área, de painéis fotovoltaicos. Questionou em que pontos é que isso está referido, porque não viu essa indicação.-----

-----**Dulce Maria Amado Custódio (PSD):**-----

-----"Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, aqui e em casa, através das redes sociais. Quem me conhece, sabe que eu sou uma pessoa de causas, às vezes engano-me, outras vezes não, e não posso por isso, deixar de fazer aqui um parênteses em relação áquilo que foi aqui falado sobre o IEJ. Tenho dois filhos, um deles, há três anos que frequenta o IEJ, e de facto, pago os transportes, porque infelizmente não pertença à área abrangente pelo ensino publico e de forma a ele poder estar lá. O IEJ, é verdade, tem problemas, Como todas as escolas. Digam-me uma escola que não tenha problemas. Na minha opinião, e na de muitos pais, que têm os filhos no IEJ, a qualidade das escolas, mede-se na capacidade de resolução desses problemas, e o IEJ, nestes três anos, como mãe e encarregada de educação, para mim, tem sido exímio na proatividade, na identificação e resolução dos problemas e acima de tudo, na preocupação com o aluno como uma pessoa única, que precisa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de acompanhamento e que precisa de incentivo para ser uma mais-valia na sociedade. Eu penso que, tudo o resto, e perdoem-me se estou a ofender alguém, é ruído, e lamento que as escolas do concelho não sejam mais unidas, não haja mais entreajuda, porque só teríamos a ganhar. Penso que seria bom para todos que assim acontecesse, que trabalhássemos mais unidos e mais em conjunto, de facto, que ficássemos contentes com as vitórias de cada um. Porque é o exemplo que nós damos aos nossos jovens. Os pais, são o exemplo para eles, mas a escola também o é. Portanto, se queremos cidadãos diferentes, também temos de ser diferentes. Ficar contentes quando os outros fazem bem e ajudarmos, quando os outros precisam de ajuda. Está feito o parenteses. Ao senhor Presidente, queria perguntar, em relação à saúde no concelho, se há mais alguma novidade, em relação aos médicos de família, ou em relação ao plano complementar de saúde, de que tanto se tem falado. E finalmente, queria mostrar o meu agrado pela assinatura do protocolo para a colocação de fibra em todo o concelho. Eu espero, que até ao final do ano, seja uma realidade, porque no início do próximo ano, nós temos que começar outra batalha, se calhar até mais dura, mas não menos importante, que é a batalha de “vamos ter rede móvel em todo o concelho”. Era isto que queria dizer. Obrigada.”-----

-----**Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS):**-----

-----Usando da palavra cumprimentou todos os presentes bem como todos os que assistem em casa. Começou por dizer que as questões que quer colocar ao senhor Presidente da Câmara, se prendem, nomeadamente com o seguinte: rede de oferta educativa. Apelando à sua factualidade, perguntou porque é que houve esta mudança de oferta educativa, do curso de técnico profissional de desporto, da escola secundária de Porto de Mós para o IEJ, curso este que estava aprovado desde 29 de maio de 2016, havendo uma duplicação no IEJ, do mesmo curso. Disse depois ter ouvido que o histórico é que presidia a esta mudança de critério na distribuição, perguntando se também o histórico, em relação ao ensino articulado prevalece, quando o IEJ está a ser alternativa à Escola Oliveira Perpetua, onde existe ensino articulado desde 2011. Pediu esclarecimento, sobre se isto foi articulado entre os diferentes órgãos, se a Escola Secundária de Mira de Aire foi ouvida na distribuição dos cursos, se o órgão municipal da respetiva área reuniu para o efeito. Perguntou também, porque é que o Mercado de Mira de Aire, que aparentemente está pronto, porque razão não abre. Para terminar, disse que pediu que lhe fossem fornecidos dados em relação ao contrato que tem a ver com as transmissões televisivas que têm vindo a ser feitas, e com certeza que esse contrato é estabelecido entre o Município de Porto de Mós e uma produtora de meios audiovisuais, ou o que seja, porque é tanta gente que está aí, que com certeza que o serviço é pago. Acrescentou ainda que o pedido foi feito à senhora Presidente, que reencaminhou para a Câmara e a resposta é dada pelo seu assessor à funcionária. “E são estas pequenas coisas que me levam a pensar que as coisas não são feitas como deviam ser.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer que "a minha intervenção vai no sentido de fazer algumas referências positivas ao trabalho do executivo, designadamente, a requalificação do Centro de Saúde de Pedreiras e felicitar o executivo pela sua inauguração, e também, contrariando alguns céticos, finalmente a Casa dos Calados iniciou as suas obras de requalificação. Citando o jornal "O Portomosense", na sua página 9, título é, "Marca Porto de Mós sobe trinta e dois lugares no ranking da atratividade", o importante disto é que de 2021 para 2022, Porto de Mós subiu 32 lugares no Portal City Brand Ranking, um ranking elaborado pela empresa Bloom Consulting que mede a atratividade e performance dos 308 municípios, nas áreas de turismo, visitar, investimento e exportações, negócios e talento de viver. De acordo com o último ranking, recentemente divulgado, o município agora ocupa o 135º lugar a nível nacional e o 41º entre os cem municípios da região Centro. Isto realmente é prova da dedicação, do empenho e da importância do executivo de colocar Porto de Mós no mapa e levar Porto de Mós além das fronteiras do concelho. Também quero aqui felicitar, porque tive o privilégio de assistir à Semana da Educação, e quero felicitar também o senhor Presidente da Junta, porque foi na freguesia de Serro Ventoso. A última felicitação vai para a União Recreativa da Mendiga pelo seu resultado e também para a ADP que ganhou a taça e a supertaça, o que muito nos honra e muito nos orgulha."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu alguns esclarecimentos referentes à distribuição da documentação pelos membros da Assembleia Municipal, bem como dos tempos de intervenção atribuídos a cada bancada.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Samuel Costa que, no que se refere ao plano de contingência relativamente à seca, o Município de Porto de Mós está a trabalhar em conjunto com a Comunidade Intermunicipal de Leiria, estando o mesmo a ser elaborado. Quanto ao alcatroamento da Rua da Paiã, disse que está previsto que seja ainda este ano, sendo certo que se esperará menos pela pavimentação do que esperou pelo fornecimento de água. Quanto a Félix dos Reis disse que de facto a calçada à portuguesa faz parte do nosso ideário e da nossa cultura e o executivo tem trabalhado no sentido de promover a calçada à portuguesa. Ontem estive em Lisboa na apresentação e inauguração da exposição "Primeira Pedra" no Museu dos Coches, onde estive com o senhor Presidente da Câmara de Lisboa e com o senhor Presidente da Associação de Calçada à Portuguesa a falar exatamente sobre este projeto. Está a ser feito pela Universidade Nova o levantamento socioeconómico do concelho de Porto de Mós, trabalho que vai ser concertado com o trabalho que foi feito pela mesma Universidade em Lisboa, mas também no resto do mundo onde existem extraordinários trabalhos de calçada à portuguesa. Contamos no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próximo ano, levar a candidatura a Património Imaterial da UNESCO, o que vai relevar ainda mais a importância que tem esta arte tradicional que tão vincada está no concelho. Sobre a questão das cartas de risco, disse que já explicou numa anterior reunião de Câmara que foram publicadas cartas de risco que alteram os chamados PMDFCI. Essas cartas de risco, elaboradas pelo ICNF, somos obrigados a ativa-las nos nossos instrumentos de gestão do território, por força da lei, e substituem os PMDFCI. O que acontece é que há concelhos da região de Leiria, como Castanheira de Pera, que tem 18% no anterior PMDFCI, que foi trabalhado em conjunto com o PDM, que tem 18% do território em risco elevado ou muito elevado, onde não se pode construir nada, e passou para 89%, que sendo um território de baixa densidade, passou a ter apenas uma rua onde se pode construir. Não mais do que isso. Isto acontece um pouco por todo o país, tendo o assunto sido levado a Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, tendo sido ele próprio que o levou, tendo sido aceite a proposta para ser acomodada no Orçamento de Estado. Foi feita uma alteração à proposta do Orçamento de Estado para acomodar esta situação, mas à última hora, foi retirada, de alguma forma contrariando o que foi afirmado por uma das Ministras do Governo. O que acontece neste momento, é que, de acordo com as informações que temos, a carta de risco vai ser suspensa por um decreto-lei, e daí que, até ela ser suspensa, a Comunidade Intermunicipal, suspendeu a sua presença nas reuniões técnicas, por unanimidade, o que significa que deixou de haver reuniões técnicas – os nossos técnicos deixaram de fazer as reuniões. Assim, disse, “a nossa participação está suspensa, como protesto, não é ao Governo, mas às cartas de risco, que considero que são um absurdo. Vamos olhar para o nosso território. Como eu já tinha dito há dias, há partes do território que tinham algum risco na floresta e deixaram de o ter e esse risco passou na totalidade para a freguesia de S. Bento, na totalidade para a Freguesia de Arrimal e Mendiga, Alqueidão da Serra, ao ponto termos mais 11%, passando a ter 44% nas cartas de risco.” Sobre a questão da iluminação pública, disse que têm protestado, estando em paralelo a abrir um concurso, a fazer um estudo para transformar toda a iluminação do concelho em iluminação com leds, eventualmente, também com sensores para de alguma forma se minimizarem os custos elevados com o aumento da energia, mas infelizmente pouco mais resta do que protestar e a EDP a responder que estão a fazer trabalhos de manutenção. Relativamente ao Alqueidão da Serra, disse que irá ser pavimentada a Rua da Tojeirinha, e não havendo capacidade para fazer toda a intervenção neste momento, vai manter-se a Carreirancha, estando a ser feito o levantamento, para assim que se tenha o orçamento, se trabalhar esta questão. Sobre a limpeza das faixas de proteção, efetivamente, a empresa comunicou que, ao contrário do que estava previsto, não conseguiu arranjar as equipas suficientes para fazer o trabalho, estando à espera que lhe digam oficialmente, sendo certo que nesta fase, se está sempre condicionado pelo risco amarelo ou laranja. Esta é uma situação para a qual queria alertar, dizendo que a limpeza vai continuar a ser feita em todo o concelho, sendo algo que à partida vai penalizar a população, porque as pessoas são proprietárias das árvores, algumas até ao alcatrão, e que as pessoas não retiram, e serão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

retiradas pela Câmara, que em caso de tragédia, é responsável por esse estado de coisas e à mesma compete-lhe cumprir a lei. Sobre a estrada de Val d'Água, disse que já lá passou esta semana e que está de facto em muito mau estado, não bastando alcatroar. Está a ser feito o levantamento no sentido de se equacionar a sua reparação. A Carlos Cordeiro disse que a Central das Artes tem associado um programa. Esse programa, foi a base de uma candidatura e essa candidatura foi aprovada. Nós não podemos agora colocar lá o que nos apetece. O programa que foi aprovado tem de ser cumprido, é uma Central de Artes, não pode lá ter museu, não pode lá ter biblioteca, havendo coisas que estão implícitas no próprio modelo de candidatura. A Central das Artes teve um custo total, sem equipamento, de três milhões duzentos e quarenta e um mil e trinta e cinco euros, teve uma candidatura aprovada, falando da segunda fase. Na primeira fase, a adjudicação foi de um milhão novecentos e noventa e cinco, e depois aconteceu o que aconteceu, e o financiamento tinha uma base de 85% sobre um milhão novecentos e noventa e cinco. Este executivo aprovou aquilo que relançou, em concurso, e as despesas elegíveis são dois milhões setecentos e setenta e oito trezentos e cinquenta e oito, mas tivemos uma comparticipação de dois milhões, trezentos e cinquenta e um, quatrocentos e quatro, ponto três, o que corresponde a que a taxa de financiamento sobre o elegível, foi de 85%. Temos aqui uma diferença com algum significado, de cerca de quatrocentos mil euros, estando a tentar financiar também este elegível não participado. Na altura não havia capacidade para poder ambicionar mais, pois a verba estava esgotada, mas agora em termos de *overbooking*, vai tentar-se ir buscar esse valor. Quanto à questão das tasquinhas, esse não é um critério que possa ser imposto, têm de ser as várias associações a dizer aquilo que querem fazer. A Luis Ferraria, sobre o cemitério de S. Bento, disse que ainda não tem novidades, porque a alteração ainda não foi aprovada. Voltámos a ter concertação e não conseguimos chegar a acordo com o ICNF. O ICNF continua sem publicar um documento fundamental que é a reconversão do Plano do Parque a Programa. Este documento é tão importante que leva o ICNF a votar contra porque nós introduzimos no regulamento todas as normas da recondução do plano a programa de acordo com eles. Aqui chegados, e não tendo eles feito essa publicação, "a bota não bate com a perdigota". Se se esquecer esta alteração e se voltarmos atrás, então é que não se pode fazer nada, quer em S. Bento, quer em mais uma ou duas situações que têm a ver sobretudo com a carta de REN, e são retificações ao anterior PDM. Quanto ao facto de lhe dizer que S. Bento não tem alcatrão há mais de vinte anos, está a ofender o seu colega Presidente da Junta de Alqueidão da Serra, porque de facto, se houve freguesia que neste ultimo mandato teve alcatrão, foi S. Bento. Continua com dificuldades é verdade, mas que teve alcatrão, teve. Quanto à Paiã já respondeu a Samuel Costa. A Joaquim Santiago, disse, quanto aos tempos atribuídos às bancadas, que não tem nada a dizer, mas em democracia é assim que funciona. Quanto aos preços dos terrenos pode enviar-lhe os relatórios de avaliação elaborados pelo perito. Quanto às escadas de S. Miguel disse que aquilo não é nenhuma obra de artista, mas vai ficar bem, e foi para salvaguardar, sobretudo a segurança de quem ali passa. Sobre a questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do tapete, aqui em Porto de Mós, ele já estava previsto. Houve um problema na rotunda que estava a entrar em rutura, e já estava previsto resolver o problema até à ponte, das águas pluviais. E é um problema grave que ali está. Sob o ponto de vista do fazer, foi decidido fazer tudo agora, não só resolvendo o problema da rotunda, como fazer tudo como já estava antes previsto, como aliás, estão previstas outras pavimentações. Esta rotunda, tem incomparavelmente mais trânsito do que outra estrada. Numa situação que pode configurar risco, temos que acudir ao mais urgente, o mais rápido possível, e foi isso que foi feito. Agradeceu depois as palavras de Sandra Sousa, dizendo que foi democraticamente eleita e o mandato é pessoal e intransmissível. Deu os parabéns à Mendiga dizendo ainda que também têm que ser dados à Associação Desportiva Portomosense, que também ganhou a taça distrital e a supertaça. A Cristina Rosa disse, quanto a esta questão que, efetivamente disse o que disse, e mantém. Mas aquilo que não se pode exigir a um proprietário particular, é que ele mantenha lá a floresta e que ele não faça lá aquilo que a lei lhe permite fazer, neste caso, o PDM. O PDM, no capítulo IV, sobre o solo rural, diz nas disposições gerais, no seu artigo 10º, que *"sem prejuízo da legislação em vigor, no solo rural são permitidos as seguintes ocupações e utilizações: implantação de infraestruturas, designadamente de telecomunicações, de gaz, de água, de esgotos, de energia elétrica e de produção de energias renováveis...."*. É com base neste artigo do PDM que este processo deu entrada na Câmara. Para além disso, eu disse que tínhamos tentado que fosse exigida uma avaliação de impacto ambiental – a empresa é a Tecneira – e tenho aqui um documento da APA e da Direção Geral de Energia e de Geologia, que remeteu para a CCDR, a dispensá-lo. Tenho aqui o parecer da Reserva Ecológica Nacional a dar parecer favorável, e tenho aqui o parecer da APA sobre essa preocupação da Hidráulica, a dar parecer favorável. Perante isto, são direitos adquiridos do proprietário privado poder fazer aquilo que o PDM lhe confere, se forem cumpridos aquilo que a lei diz, e como ao abrigo da lei, ele está salvaguardado, a Câmara não pode fazer rigorosamente mais nada. Aquilo que temos, neste momento, relativamente a esta matéria, é que estão autorizados, e não somos nós que licenciámos, só aceitámos a localização dos 12 megawatts, e neste caso são 9 parques, e destes há dois ou três que estão com processos aparentemente de revisão, porque não cumprem uma das coisas que é fundamental, que é a separação de caminhos públicos. Nós não abdicámos disso, já tivemos conversas com o senhor Presidente de Junta, e a junta de freguesia pode eventualmente ter em consideração alguns pedidos que eles têm, mas só é objetivamente possível se a Junta de freguesia assim o disser. Não aceitámos ocupação em urbano e está lá terreno urbano. Nós não permitimos a instalação em terreno urbano. A vida útil máxima de um campo destes, é de trinta anos, sendo que no fim do contrato, têm de deixar o solo exatamente como estava antes. Sobre a questão colocada por Dulce Custodio, disse que o Plano de Saúde foi adjudicado na última reunião de Câmara, e vai se implementado a partir de dia 1 de julho para toda a população do concelho, pedindo uma adesão massiva ao mesmo. Disse ainda que teve uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Saúde, onde estive a senhora Presidente da Assembleia Municipal, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhora Vereadora, também a deputada Cristiana Rosário e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, tendo saído de lá com a convicção que o problema dos médicos em Porto de Mós, não vai ser resolvido rapidamente e tentar encontrar soluções para alterar o modelo, também não vai ser fácil. Enquanto o modelo continuar a depender exclusivamente da vontade dos profissionais, nós que não temos profissionais, como é que vamos implementar o modelo sem ter os profissionais para o preparar e o fazer. Essa é uma matéria que me continua a preocupar e que vai continuar, com certeza, aqui em cima da mesa. Sobre a questão levantada pelo deputado Rui Neves, disse que a oferta educativa, neste momento é responsabilidade da Comunidade Intermunicipal, e esta faz concertação. Primeiro contratou-se um estudo SANQ ao Politécnico de Leiria, para adequar a formação às diversas necessidades das regiões e tentar que a oferta seja o mais uniforme possível com aquilo que são as necessidades. Essa oferta, neste momento até está fora de moda por assim dizer, e infelizmente os cursos que as empresas mais pedem, os alunos não os querem. Este estudo SANQ avançou e foi a base para o trabalho que fizemos o ano passado. O ano passado, disse, tive uma reunião em conjunto com o Presidente da Câmara de Leiria, em que fomos alertados, de forma até veemente, que o curso de desporto, no mesmo concelho fosse lecionado em duas escolas. Este ano, fomos de novo à reunião, e a primeira coisa que a delegada regional, Dr^a Cristina Oliveira nos disse, foi que tinha pedidos da Marinha Grande, tinha pedidos da Batalha para ter desporto, e era impossível continuar a haver duas escolas diferentes, em Porto de Mós, com desporto, em detrimento dos outros concelhos. Tiveram que ser feitas opções, e neste caso, a Comunidade Intermunicipal achou que, tendo a Escola de Porto de Mós muito menos alunos inscritos do que o Instituto Educativo do Juncal, o curso devia ir para o IEJ. O Instituto tem neste momento, cerca de 50 alunos inscritos, e a Escola de Porto de Mós, tem 20. A Escola de Porto de Mós, tem um histórico de meia turma por ano e portanto aquilo que nós fizemos, e alertámos a escola, é que deviam mudar para o outro curso de desporto, e na altura a escola não o fez. Mais, nós fizemos uma reunião de concertação onde acertámos isso tudo, e o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós não foi. Esteve ausente. Disse ainda que na altura ficou preocupado com a sua ausência, porque queria tentar arranjar soluções naquele momento. A Escola de Porto de Mós reagiu, não agiu, mas mesmo assim, a essa reação, nós fomos alertando para a importância que tinha, pelo menos este ano, tentarmos ter o curso de Gestão Desportiva. E é isso que está em cima da mesa neste momento, é a possibilidade de termos o ensino profissional de Técnico de Gestão Desportiva, em Porto de Mós, e Técnico de Desporto no Juncal. Sobre o ensino regular, disse que não podia falar, pois não tem nada a ver com isso, e o ensino articulado é regular. Relativamente à TVI, disse que de facto não existe qualquer contrato nem com a TVI, nem com nenhuma entidade ligada à TVI, e portanto aquilo que lhe responderam, foi bem respondido. Já lhe tinha sido respondido uma vez, e agora foi respondido de novo que não há qualquer contrato. Ainda sobre a escola, disse que valeu a pena a insistência e o facto de estarmos todos unidos, porque felizmente a Escola Secundária de Porto de Mós, já está incluída no mapa das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escolas que precisam de intervenção com urgência. Esta foi uma conquista de todos e prova mais uma vez, que se não estivermos divididos, as coisas podem acontecer. Sobre a questão que Olga Silvestre referiu, disse querer dar uma nota final, dizendo que de facto, aquilo que aconteceu na avaliação do concelho de Porto de Mós, revela que a nossa estratégia é a correta, e tanto é que, ontem, recebemos aqui no Castelo de Porto de Mós, cerca de 300 operadores, a nível mundial, de 40 países, tendo já hoje recebido menções de vários deles, informando que irão passar a trazer turistas para Porto de Mós, a partir das operações que têm nos seus países, o que muito nos agrada. Respondeu ainda, quanto ao Mercado de Mira de Aire, que está praticamente concluído, havendo questões de equipamento e mobiliário que estão a ser tratadas, que estão a ser articuladas com o senhor Presidente de Junta, e que assim que estiverem resolvidas, será aquele espaço aberto.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que gostaria de referir três ou quatro pontos, alguns já mencionados, mas considerando importante também os referir. *"As informações que irei dar são praticamente todas do vosso conhecimento, no entanto, e em Assembleia Municipal, considero importante referir alguns aspetos da nossa comunidade, de forma que haja uma ligação entre a nossa comunidade e esta Assembleia Municipal. Neste âmbito, quero saudar a Banda Recreativa Portomosense, uma das bandas mais antigas do País, pelos seus 214 anos de existência. Saudar todos os seus corpos dirigentes pelo trabalho desenvolvido ao longo destes anos. Saudar também os Bombeiros Voluntários de Porto de Mós pelos seus 72 anos e aqui saudar também todos os corpos dirigentes. Saudar a Biblioteca de Porto de Mós, pelos seus 30 anos, como também já aqui tivemos oportunidade de ouvir. Saudar também a ADP - Associação Desportiva Portomosense, onze anos depois, volta a ter o seu trofeu bem merecido e portanto também estão de parabéns, foi um motivo de muito orgulho. Saudar a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da Mendiga, também, pela taça de campeão distrital e a taça de torneio de abertura à equipa de juvenis, também, há muito tempo que não tinham este louvor. Gostaria também de desejar a todas as crianças do nosso concelho, que iniciam agora as suas férias, porque a Assembleia Municipal foi convidada a estar presente em vários terminus de ano escolar, desejando ótimas férias e saudar todos os professores, auxiliares e pais pelo trabalho desenvolvido no âmbito da educação. Por fim, como se está a aproximar o nosso feriado municipal, dia 29 de junho, o dia do nosso padroeiro, S. Pedro, que este ano, volta a ser um momento de festa, de exaltação do nosso concelho, de união de todos, e de apontar caminhos relevantes para o futuro, quero desejar a todos que nos estão a ouvir, umas excelentes Festas de S. Pedro. Nesse sentido, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, quero agradecer todas as partilhas de vida e de energia que nos permitem ser o único sítio próspero com relevante nível de desenvolvimento, com dinâmica de crescimento, com uma capacidade de atrair novos cidadãos, e sempre*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

determinados, todos nós, em fazer bem, valorizando a herança recebida de todos, dos nossos pais, avós, bisavós. Este dia que vamos comemorar é um dia que está em todos nós, nas nossas memórias, em todo o concelho de Porto de Mós." E, relação à correspondência que veio para a Assembleia Municipal, disse estar disponível para todos os seus membros, fazendo alusão à desvinculação da deputada Sandra Ferreira eleita pelo Partido CHEGA, que agora exercerá o seu mandato como deputada não inscrita. Deu conta depois da reunião havida com o senhor Secretário de Estado da Saúde, e a que o senhor Presidente da Câmara já se havia referido, dizendo que foi muito profícua. Cumprimentou ainda todos os Presidentes de Junta, que com o final dos confinamentos por via da pandemia, se têm envolvido nas festas das suas freguesias que considera muito importantes para aquelas populações e para o concelho em geral. Deu ainda os parabéns à senhora Vereadora com o pelouro da Educação, pelo sucesso que foi a Semana da Educação e também ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, que tão bem acolheu as crianças do nosso concelho.-----

-----**2. Contrato Interadministrativo de Delegação de competências do Município de Porto de Mós no Agrupamento de Escolas de Porto de Mós:**-----

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este começou por dizer que reuniu com o Agrupamento de Escolas, e foi levada a reunião de Câmara a concertação, o resultado dessa reunião, tendo sido aprovado, condicionado à inclusão da escola no mapa de prioridades. Estando previsto no mapa de prioridades, o protocolo passa a ser exequível, e o que vai ser feito é transferir os valores recebidos do Ministério da Educação para a Escola, de forma a esta manter uma gestão financeiramente autónoma, que é o que foi concertado. Deu conta da proposta que foi presente a reunião de Câmara de 17.06.2022, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Por deliberação da Câmara Municipal realizada no dia 19 de maio do corrente foi aprovada a proposta de contrato supra aludido e a sua submissão à votação da Assembleia Municipal, nos termos das competências daquele órgão do Município. Verificada a necessidade de alterar a cláusula 3.º, a saber:-----

-----Onde se lê:-----

-----"Cláusula 3.º:-----

-----Duração do contrato:-----

-----1. O período de vigência do contrato coincide com a duração do mandato dos órgãos do Município.-----

-----2. O contrato considera-se renovado após a instalação dos órgãos do Município, sem prejuízo do disposto no número seguinte.-----

-----3. Os outorgantes podem promover a denúncia do contrato, no prazo de seis meses após a instalação dos órgãos do Município.-----

-----Deve ler-se:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----"1. O período de vigência do contrato deve iniciar-se após a aprovação do mesmo por parte dos órgãos do Município e dos órgãos competentes do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós e terminará no final no mês de agosto de 2023;-----

-----2. Será reanalisado entre as partes para eventual outorga de novo contrato;"-----

-----Assim, proponho aprovação da alteração supra mencionada a fim de submeter o documento final à aprovação da Assembleia Municipal."-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usou da palavra para dizer que "a batalha para a inclusão da Escola Secundária de Porto de Mós, foi uma batalha que durou algum tempo, foi transversal a alguns governos da República, e que finalmente foi alcançada. Ganha esta primeira batalha, há que ganhar a seguinte, que é a requalificação da Escola de Porto de Mós, e por isso felicito o senhor Presidente da Câmara por esse trabalho e por esse sucesso".-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Contrato Interadministrativo de Delegação de competências do Município de Porto de Mós no Agrupamento de Escolas de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. Adesão da Assembleia Municipal de Porto de Mós à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais – Proposta:** -----

-----A senhora Presidente da Assembleia começou por dizer que foi ela que trouxe este assunto aqui, tendo o mesmo já sido objeto de aprovação por unanimidade em reunião de Câmara. Disse depois que a ANAM tem como objetivo valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos municípios. Esta Associação Nacional das Assembleias Municipais, foi constituída em maio de 2016 e tem associados em todos os distritos do continente, Açores e Madeira. Neste momento, existem cerca de trezentas Assembleias Municipais associadas. Disse depois que considera extremamente importante esta Assembleia estar nesta Associação, porque muitos novos desafios vão recair, num futuro próximo, sobre o poder local, como todos sabem. As novas formas de descentralização administrativa, as novas atribuições das autarquias locais, que se aproximam a passos largos, e com elas todo um acrescido dinamismo será esperado da parte do poder local, no âmbito da transferência de competências da saúde, da educação, da cultura, da habitação, mobilidade e ordenamento do território, vão estar efetivamente no cerne do desempenho das funções autárquicas. Por isso, é cada vez mais importante estarmos associados, para em conjunto, as Assembleias Municipais, refletirem as boas práticas que se tendem a desenvolver nas Assembleias Municipais. Referiu que alguns membros desta Assembleia Municipal já lhe disseram que existe também a Associação Nacional de Municípios, mas as Assembleias Municipais estão muito pouco representadas, não fazendo parte dos órgãos, tendo muito pouco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**4.1) Revisão ao Plano Plurianual de investimentos; 4.2) Revisão às Atividades mais relevantes; 4.3) Revisão ao orçamento da receita e da despesa;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar a proposta que foi presente e aprovada em reunião de Câmara de 17 de junho de 2022, e que a seguir se transcreve, sobre os assuntos acima referenciados, sendo que os mesmos serão objeto de votação separadamente:-----

-----“No corrente ano económico já foi aprovada uma revisão aos documentos previsionais por parte do órgão competente – Assembleia Municipal, que teve como objetivo base a integração do saldo de gerência do ano de 2021.-----

-----Os documentos previsionais de todas entidades, tem uma perspectiva dinâmica e tem que se ir adaptando ao longo do exercício a um conjunto de variantes de índole interna e externa, que não era possível prever aquando dos documentos iniciais.-----

-----A presente revisão enquadra-se no aludido no parágrafo anterior, sendo de dar especial enfoque e efeitos orçamentados a transferência de competências no domínio da educação, para os órgãos do Município e a conseqüente receita e despesa associadas; os montantes a transferir; a necessidade de adequar o cronograma financeiro plurianual de obra; a necessidade de dotar obras pois é espectável que haja financiamento comunitário para as executar e outras obras que tendo deixado de estar dotadas no plano necessitam de dotação pois ocorreram revisão de preços das mesmas.-----

-----A revisão ora proposta insere-se nos pressupostos patentes nos parágrafos anteriores e dum forma muito resumida passo a descrever, sem no entanto se pretender ser muito exaustivo:-----

-----**1) Do Plano Plurianual de investimentos:**-----

----- **i) Projetos a dotar:**-----

-----a) “Repavimentação da estrada e passeios na Rua da Boavista, Porto de Mós” – 4.000,00 €, para a revisão de preços da empreitada:-----

-----b) “Percurso clicável e pedonal entre Porto de Mós e Batalha” – 142.000,00 € - Obra a obter financiamento comunitário;-----

-----c) “Repavimentação da Rua da Serventia (Arrimal) ” - 1.500,00 €, para revisão de preços da empreitada.-----

-----**ii) Alteração do cronograma financeiro:**-----

-----O projeto “Saneamento lugares de Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira” no sentido do adaptar ao cronograma espectável da execução da obra e em consonância como o cronograma aprovado no âmbito da contratação do empréstimo para esta obra, em processão de contratação.-----

-----**2) Das atividades mais relevantes:**-----

----- **i) Novos projetos:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Contrato interadministrativo de delegação e competências no Agrupamento de escolas de Porto de Mós", no valor de 185.000,00 € para 2022 e 304.000,00 € para os anos seguintes.

----- **3) Do orçamento:**-----

----- **3.1) Da receita:**-----

| Classificação | Designação | Valor | Obs. |
|---------------|--|----------------|-----------------------|
| 0603010601 | Transferências correntes / Estado / Transferência de competências Lei 50/2108 no domínio da educação | 1.531.085,05 € | |
| 06030102 | Fundo social Municipal | 51.609,00 € | |
| 10030702 | Transferências de capital – Programa operacional do Centro - Portugal 2020 | 120.000,00 € | Obra a ser financiada |

-----Foram ainda inseridas algumas alterações com redução de dotações referentes a rubricas referente a transferência do Orçamento de estado, ante o conhecimento antecipado de tais montantes fixados naquele documento.-----

----- **3.2) Da Despesa:**-----

| Classificação | Designação | Valor | OBS. |
|-----------------|--|--------------|--|
| 0101 – | Remunerações certas e permanentes | 295.345,00 € | Transferência de pessoal da área da Educação (31 novos trabalhadores) |
| 0103 | Segurança Social | 73.500,00 € | Segurança sociais 31 novos trabalhadores – Transf. compete. Área da educação |
| 020201 | Encargos de instalações | 50.000,00 | Encargos com novos edifícios escolares – Transfª de competências |
| 04030101 | Transfª correntes – Agrupamento de escolas | 185.000,00 | Novo projeto AMR's- Contrato interadministrativo AE PMS |
| 040501 | Freguesias | 8.000,00 | Transf. Para membros mesas de votos eleições A.R. (não dotado) |

----- **Em face do atrás aludido proponho:**-----

-----Submeter a presente proposta por parte do órgão executivo à Assembleia Municipal, nos termos preceituados na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, com remissão para a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação."-----

----- **Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

"estamos perante a segunda revisão orçamental, que na prática será a primeira revisão ao orçamento de 2022, pois que a primeira já efetuada, é sempre de cariz obrigatório, para que seja incorporado o resultado do exercício do ano anterior, e entretanto aprovado. Nesta revisão, tenho como principal realce, o efeito orçamental, fruto da transferência de competências para o município, no domínio da educação. Pelo resultado final, neste âmbito de receber ou não, esta transferência de competências, afigura-se-nos que o executivo conduziu de uma forma eficaz, bastante positiva e de interesse para o nosso concelho, todo o processo em questão, vindo a conseguir negociar um resultado que podemos considerar bastante positivo e vindo ao encontro dos interesses do executivo, da população em geral e acima de tudo, da população estudantil do nosso concelho. Ainda na área da educação, também a delegação de competências ao Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, cujo montante, para já, será de cerca de quatrocentos e noventa mil euros, merece um certo destaque. Outro ponto em realce, nesta revisão, tem a ver com a ciclovia pedonal entre Porto de Mós e Batalha, uma obra já há muito falada, e que agora, aproveitando os apoios comunitários, e através da Comunidade Intermunicipal de Leiria, a Associação de Municípios que Porto de Mós integra, poderá vir a ser uma realidade, com uma obra em comum, entre os dois concelhos. Digamos pois, que todos os projetos a dotar ou a alterar, e os valores inscritos que integram esta revisão orçamental, são projetos que consideramos de grande interesse municipal."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 4.1 da ordem de trabalhos - **Revisão ao Plano Plurianual de investimentos** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

-----Seguidamente foi colocado a votação o ponto 4.2 da Ordem de Trabalhos - **Revisão às Atividades mais relevantes** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 8 (oito) abstenções**.-----

-----Por fim, foi posto a votação o ponto 4.3 do Ordem de Trabalhos, - **Revisão ao orçamento da receita e da despesa** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 8 (oito) abstenções**.-----

-----**5. Proposta final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Porto de Mós e Corredoura - Informação;**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que o executivo tem apostado nas áreas de reabilitação urbanas, por que elas, para além da delimitação e do interesse fiscal, têm associados planos de desenvolvimento, planos estratégicos de investimento, quer para o particular, quer para o publico. Em Porto de Mós, foi o anterior executivo que iniciou este processo do qual resultou a candidatura através do programa PARU a fundos FEDER para a reabilitação da Central Termoelétrica. Depois já com este executivo, esta ARU de Porto de Mós foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ampliada, tendo sido iniciada e concluída também o processo da ARU de Mira de Aire. Também foi iniciado o processo da ARU de Juncal, e agora está a ser proposta a ampliação da ARU de Porto de Mós à Corredoura. Este exercício decorreu também de uma reunião prévia no IHRU, sendo entendido que é possível fazê-lo através deste instrumento, uma vez que há um território que cada vez mais está consolidado. Havendo esta consolidação, consegue-se fazer aqui uma grande área de reabilitação urbana, que vai com certeza proporcionar aos seus proprietários, a possibilidade de reabilitarem, com reduções fiscais significativas, que vai exigir do município uma estratégia para esse investimento, para recuperação das zonas que são atualmente públicas ou eventualmente aquelas em que pode intervir, facilidade de acesso à banca, facilidades e isenções no IML, reduções nos licenciamentos, e portanto é potenciador da reabilitação do edificado, que é isso que se pretende. Dizer também que estamos a preparar o início de uma área de reabilitação urbana para o Alqueidão da Serra. Alqueidão da Serra, aldeia, que tem também uma zona urbana consolidada e infelizmente com índices de degradação bastante elevados, que pressupõe que este instrumento possa vir a estimular os particulares a investir, voltando a dizer, associar a isto uma estratégia de investimento público para cada uma destas zonas. Neste momento vamos ter a possibilidade de requalificar alguns edifícios que são provados, mas que podem usufruir diretamente, e a partir do momento que esta delimitação seja publicada em Diário da Republica, depois da necessária ratificação por parte do HIRU, do desconto em empreitadas no IVA, que passa de 23% para 6%, o que significa um desconto de 17% à partida, o que lhe parece significativo e bastante interessante.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse "sobre este assunto da ARU, há muito tempo que sou defensor destas áreas de reabilitação e agora ainda com mais interesse. O interesse deste instrumento legal que permite às autarquias delimitarem e determinarem estas áreas urbanas que carecem de melhoramentos e requalificação, não só no edificado privado, mas também nas infraestruturas e espaços de utilidade pública e coletiva, como o senhor Presidente já referiu. Existem e são criados determinados benefícios financeiros e incentivos que ficam à disposição dos proprietários desses imóveis degradados, ajudando assim à recuperação dos mesmos, o que é uma mais-valia e uma oportunidade que as pessoas têm para requalificar os seus imóveis degradados. Compreendo que é muito difícil recuperar, mas talvez com esta ajuda, estes incentivos que estão associados a este instrumento, haja aqui mais alguma facilidade. Com a carência e a pressão que estamos a sentir atualmente em termos de habitação no nosso concelho, este mecanismo vem realmente ao encontro desta necessidade, proporcionando aos proprietários e investidores, nestas áreas urbanas, uma forte ajuda e atrativos para a sua requalificação. Temos em Porto de Mós a zona histórica, agora alargada à zona da Corredoura. Há cerca de um ano, sensivelmente, tivemos a ARU de Mira de Aire, aprovada, agora a do Juncal, e sem duvida nestas zonas tem-se notado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tanto a procura e o interesse neste tipo de investimento e principalmente em Mira de Aire tem-se sentido alguma pressão neste sentido, e ainda bem porque Mira de Aire precisava deste impulso., não são por parte dos proprietários mirenses, mas também a procura externa dos investidores, que requalificam, reabilitam e colocam no mercado de arrendamento, e não só. O Juncal vai ter certamente o mesmo sucesso. Existem determinados edifícios, além das estruturas públicas, que certamente vão aproveitar este mecanismo e este incentivo. Porto de Mós está pelas ruas da amargura em termos de oferta de habitação e é pena que as pessoas não aproveitem as vantagens que estes instrumentos proporcionam."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação o presente ponto da Ordem de Trabalhos - **Proposta final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Porto de Mós e Corredoura – Informação** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O **senhor Presidente da Câmara** usou da palavra, colocando-se à disposição dos senhores deputados, para alguma questão que quisessem colocar relativamente a este relatório de informação trimestral. No entanto, disse que queria aqui deixar uma nota final relativamente ao momento que amanhã se retoma, com as Festas de S. Pedro, as Festas do Concelho, querendo deixar uma palavra ao Fundo Social que, depois de dois anos sem Festas, tem feito um esforço imenso para que as coisas aconteçam e também ao Movimento Associativo que está também a fazer um esforço de retoma pensando que as Associações voltarão com mais força e empenho. Referiu ainda que amanhã ocorre um momento alto nestas festividades, onde se inauguraria a Central das Artes, com a inauguração da exposição do Dr. Luis Amado, de manhã, e também uma exposição de pintura de Marta de Castro. Trata-se de um momento que não é deste executivo, mas do concelho de Porto de Mós, e por isso fez-se questão de convidar também aqueles que pertenceram aos anteriores executivos para estarem presentes, para poderem fruir e sobretudo para afirmarmos que quando estamos juntos as coisas acontecem. Disse ainda que vão lá estar os IPA, que saíram do Museu do Caramulo por vontade da família Monteiro da Conceição, ficando muito grato, principalmente ao filho José Charters Monteiro que fez tudo para que os IPA viessem para a sua casa, para a sua origem. Vão fazer parte em permanência da Central das Artes e portanto parece-nos relevante poder afirmar hoje que já cá temos os IPA. Dizer também, e este foi um trabalho feito pelo senhor vereador da Cultura, uma recolha de toda a história das marchas populares em Porto de Mós e que vai estar em exposição também na Central das Artes. A inauguração será às 14,30 horas com a presença da senhora Ministra da Coesão. A terminar disse ainda que será um enorme gosto ter todos a participar na inauguração de uma obra que é do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concelho de Porto de Mós, é uma obra que nos orgulha, e já disse várias vezes, é uma obra que não seria a sua primeira prioridade, mas já que alguém a lançou, já que alguém entendeu que seria prioritária, nós fizemos questão de a levar até ao fim, tal como foi concebida. Amanhã é a inauguração e gostava que esta fosse a inauguração da Central das Artes feita por todos.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra disse que queria perguntar ao senhor Presidente se chegou a indagar alguma coisa sobre o balcão e-BUPI, uma ferramenta que lhes está a ser bastante necessária, sendo que o passo terá que ser dado pelo município, pedindo que fizesse o possível. Seguidamente suscitou novamente o problema dos canídeos abandonados na sua freguesia. Quanto à questão das telecomunicações, disse que um jovem casal se mudou para a sua freguesia, Casal Duro, e não tendo fibra o questionou sobre a sua chegada lá ou não, não os sabendo esclarecer. Disse depois que lhe estão a pedir ecopontos, nomeadamente um café junto à rotunda do Major, que apenas tem um vidro. Terminando disse que o ouviu dizer que estava receptivo à questão da Tojeirinha, mas já o estava no mandato anterior, voltando a realçar a importância para a realização das águas pluviais naquela zona, pedindo que não alcatroem sem fazer as águas pluviais. No que se refere ao estado da saúde, disse que não está otimista, e se não seria preferível solicitar uma reunião com o senhor Secretário de Estado.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Dirigindo-se à deputada Olga Silvestre disse que esta quando há pouco falou da Casa dos Calados o atingiu, pois esta não é mais juncalense do que ele próprio, e sobre a Casa dos Calados, já disse aqui nesta Assembleia que nunca foi contra a sua recuperação, simplesmente colocou sempre o problema do estacionamento. Sobre a Central das Artes, disse que lamenta que havendo no concelho uma empresa com telha plasma a mesma fosse adquirida noutro lado. Fez ainda referência ao espaço envolvente da Central das Artes que tem pavé em vez de paralelos. Sabe que o Presidente lhe irá dizer que era o que estava no projeto e que não é da sua responsabilidade, mas poderia ter feito essa alteração. Disse depois que se fala no Juncal, de o Centro Escolar ir para o pé do pavilhão. Fala-se ainda no Juncal que o senhor Presidente já abordou o proprietário dos terrenos e que ele até lhe ofereceu alguns hectares, a 2 euros o metro, tendo-lhe o senhor oferecido 50 cêntimos. Disse ainda ao senhor Presidente que salvasse a mancha que está no Juncal, entre casas, de forma a mais tarde poder ser ampliado o cemitério que está a ficar esgotado.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):** Pediu a palavra para defesa da honra, dizendo que quando interveio disse “alguns cétricos”, se o senhor Santiago se enquadra nesses cétricos, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

problema é seu. Ela não o referiu e como sabe, tem por ele o maior respeito e consideração e agradece que quando se refira a si, ela tem um nome, Olga Silvestre.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Usando da palavra, referiu-se às palavras do senhor Presidente da Câmara no que concerne à Central das Artes. Seguidamente, disse em jeito de conselho, e dado que o certame das tasquinhas se inicia amanhã, que as associações arranjassem umas carrinhas para levar os teimosos, porque a polícia vai estar atenta.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que há uma coisa que não está a perceber, porque a famosa Central das Artes, foi alvo de muitas discussões aqui na Assembleia Municipal, nos últimos dez anos. Quando a iniciativa do anterior executivo em recuperar aquele edifício histórico surgiu, uma das questões que mais se discutiu, foi a sua finalidade. Quando em 2009, foi candidato, uma das propostas do PSD era transformar o edifício num museu da eletricidade, do ciclo do carvão, e construir na parte inferior, um auditório que permitisse realizar grandes eventos em Porto de Mós e congressos com alguma dimensão. Depois o executivo da altura, do PS, liderado pelo senhor João Salgueiro, trouxe várias vezes a esta Assembleia, e defendeu a criação naquele edifício, do arquivo municipal e do museu. Isto foi dito aqui até à exaustão. E uma das críticas que nós lhe fazíamos, era, como é que um edifício com aquela potencialidade, com aquele património histórico, ia ser ocupado em 50% ou mais, para arquivo municipal. E a segunda crítica, era que o espaço destinado ao museu, era muito pequeno. Estava previsto o atual museu sair de onde está, para a Central das Artes. Como é que agora de repente, o museu vai ficar onde está. Continuou dizendo que está a ouvir isto pela primeira vez e está estupefacto. Gostava que me esclarecessem porque é que o tal programa da Central das Artes não contempla, pelo menos aquilo que foi aqui dito durante vários anos.-----

-----A Filipe Batista, o senhor Presidente da Câmara respondeu que a informação que recebeu, foi que o município de Porto de Mós, como tem o cadastro digitalizado não tem acesso a este programa. Sobre a questão dos canídeos, o senhor Vereador Eduardo Amaral, responderá. Sobre a fibra ótica no Casal Duro, é importante que esse município a peça, para de alguma forma se perceber que é possível fazer a extensão. Sobre os ecopontos, disse que conhece a situação, já foram pedidos, mas como sabe, os ecopontos são da Valorlis e ela é que os distribui, e neste momento, está em curso, um concurso, não tendo ecopontos para distribuir. A Joaquim Santiago disse o seguinte: relativamente ao Centro Escolar definimos uma localização, o proprietário dos terrenos não é o proprietário dos terrenos do parque solar. Estamos a falar de terrenos urbanos que estão junto ao pavilhão. Há duas localizações possíveis, junto ao pavilhão. Quando fala de terrenos e de dois euros, não sei do que é que está a falar. Como se alimenta muita coisa em conversa de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

café, eu para esse pedidório não dou, porque acho que temos que acertar as coisas naquilo que efetivamente é concreto. Não houve oferta nem houve procura. Os terrenos, tal como estão não interessavam ao município. O município não é uma imobiliária. Nunca foi posto em cima da mesa a possibilidade de comprar os terrenos e aquilo que esteve em cima da mesa foi a possibilidade de se fazer lá uns aviários. Sobre a questão que o Júlio Vieira colocou, aproveito para responder também ao senhor Joaquim Santiago. Como sabem, e disse-o há bocado, este projeto tem uma candidatura aprovada, em 2016 ou início de 2017. Essa candidatura tem pressupostos associados, e esses pressupostos, durante a candidatura, não são passíveis de alteração. E não são passíveis de alteração em nenhuma situação, e portanto se tem pavê foi pavê que nós pusemos. Se tem um programa que não é para museu, esta candidatura não é para museu. Nem podia ter associada a palavra museu ou a palavra arquivo, e nós não podemos fazer dele um museu. Tínhamos duas opções quando aqui chegámos. Estavam investidos lá cerca de trezentos e cinquenta mil euros, já tínhamos recebido cerca de trezentos mil de fundos comunitários e tínhamos duas opções. Nós, ainda no ano de 2017, rescindimos o contrato com o anterior empreiteiro, lançámos um novo procedimento. Fomos à CCDR tentar refinanciar. Inicialmente não foi possível refinanciar. Lançámos um novo concurso que teve um valor base de 2,7 milhões de euros, quando o empreiteiro anterior tinha adjudicado a obra por 1,9 milhões. O que nós fizemos foi correr o risco de avançar com a empreitada, que correu bem, e por isso recebemos um prémio de cerca de setecentos e quarenta mil euros e temos a ambição de receber mais algum. Só que, a condição é não alterar. A função do edifício é uma função que estamos a articular, por exemplo, com a Fundação EDP, precisamente para tentar trazer para cá, não apenas o ciclo do carvão mas o ciclo do carvão associado à eletricidade. E é por isso que estamos a tentar recuperar algumas memórias que existem no concelho e principalmente transformar este edifício num espaço dinâmico, o espaço do território.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 4 (4.1, 4.2, 4.3) e 5, da Ordem de Trabalhos**, procedendo à sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 21.30 horas do dia 26 de junho de 2022, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
